

O Estado e a sociedade: reflexões sobre gênero, status e poder

Helena Cardoso Ribeiro¹

Carolina Pires Araújo²

RESUMO: Este ensaio busca refletir sobre as concepções de Estado e sociedade a partir da abordagem feminista. As teorias de gênero possibilitam uma nova maneira de se pensar a relação entre essas duas instâncias. Como base teórica, recorreremos ao pensamento de Nancy Fraser e também à influência de Michel Foucault, articulando especialmente os conceitos de status e poder.

PALAVRAS-CHAVES: Estado. Sociedade. Gênero. Status. Poder.

ABSTRACT: This essay seeks to reflect on the concepts of state and society from the feminist approach. Gender theories enable a new way of thinking about the relationship between these two instances. As a theoretical basis, we use the thought of Nancy Fraser and also the influence of Michel Foucault, especially articulating the concepts of status and power.

KEY-WORDS: State. Society. Genre. Status. Power.

1. Introdução

Este ensaio apresenta uma reflexão sobre uma nova maneira de se pensar Estado e sociedade ou a relação entre essas esferas, sobretudo, a partir de uma abordagem feminista. Destacamos nesse contexto a reflexão de Nancy Fraser³ e também a influência de Michel Foucault.

A relação Estado-sociedade é controversa. Há uma diversidade de interpretações nos mais diversos campos teóricos, que abrangem mudanças de perspectivas e até mesmo reações a críticas nas teorias contemporâneas. Todavia, ainda que as teorias desenvolvidas trilhem caminhos diferentes também criam pontos de convergência. Ressaltamos, nesse caso, o poder e sua dupla capacidade: é ao mesmo tempo disperso e estruturado. Também, o Estado, que

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Mestre em Educação pela UFJF. Bolsista da CAPES. Professora da FADILESTE. E-mail: hecarri@yahoo.com.br

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Mestre em Informação e Comunicação em Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em saúde da FIOCRUZ. Jornalista na UFV. E-mail: carolpa_com@yahoo.com.br

³Nancy Fraser é professora de Filosofia e Ciência Política na New School for Social Research, em Nova York, e diretora da Cátedra de Pesquisa Internacional em “Justiça Global” no Collège d’études Mondiales em Paris. Fraser é uma das intelectuais mais influentes do mundo e, ao longo das últimas décadas, tem publicado livros altamente reconhecidos sobre temas relacionados às teorias da justiça, democracia, opressão e feminismo.

aparece como lugar de disputa e estratégias: sofre influências e pode sofrer rearranjos (papel da agência). Há, ainda, um número limitado de bases da desigualdade e privilégios estruturados.

A nova onda de pensamento feminista nos últimos anos tem trazido importantes contribuições para remodelar as formas pelas quais sociedade e Estado e suas interações podem ser entendidas. Chamam a atenção como no Estado e na política, apesar do avanço da democracia, onde todos os cidadãos são considerados iguais, prevalece o domínio de um pensamento masculino. Esse pensamento pode ser evidenciado ao se constatar que mesmo com a legislação das políticas afirmativas, não há melhorias significativas na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Catharine Mackinnon (*apud* PIERSON, 2004) argumenta que "o estado é do sexo masculino, no sentido feminista: a lei vê e trata as mulheres como os homens veem e tratam as mulheres." Nessa perspectiva, a democracia liberal é patriarcal, não só no seu conteúdo, mas também na sua forma, como afirma Pierson (2004). A reparação quanto a isso repousa tanto no Estado quanto na sociedade, trata-se de uma questão de inclusão e participação.

A dominação masculina não está apenas inscrita nas instituições públicas, é também reflexo de uma opressão sofrida no dia a dia. Ou seja, a questão patriarcal está presente tanto na esfera pública quanto na privada, no Estado e na sociedade, levando a questionar até que ponto estas instâncias estão realmente separadas conforme o liberalismo moderno prega. "Onde quer que o poder é exercido – no parlamento, na fábrica, na família ou na definição dos limites da racionalidade – há política e, com ela, a necessidade de agir (e criticar) politicamente" (PIERSON, 2004, p.73). Desse modo, podemos afirmar que a crítica feminista problematiza e até rompe com os modos convencionais de enxergar a relação entre Estado e sociedade, mostra maneiras invisíveis do poder masculino engendradas em ambas as instâncias e nos obriga a questionar as formas como relacionamos o Estado e a sociedade.

2. Estado, sociedade e imposição patriarcal

A divisão conceitual do Estado e da sociedade é por si só uma parte do problema a ser resolvido. Nancy Freaser, por exemplo, ao discorrer sobre teoria habermasiana, levanta alguns elementos "cegos" na teoria desse autor. Para ela, existem sérias lacunas no pensamento de Habermas no que concerne às relações entre as instituições públicas e privadas, uma vez que não leva em conta a significância e a operacionalidade do gênero nesse contexto. O trecho a seguir é esclarecedor quanto à crítica da autora ao modelo teórico proposto por ele:

"Ao omitir qualquer referência ao papel de quem cuida das crianças e, ao não conseguir tematizar o subtexto do gênero que subjaz aos papéis de trabalhador e consumidor, Habermas não consegue compreender precisamente como é que o local de trabalho capitalista está ligado à família nuclear, moderna, restrita, e chefiado pelo homem. Da mesma forma, ao não conseguir tematizar o subtexto masculino do papel de cidadão, não capta o significado total da forma como o estado está ligado à esfera pública do discurso político" (FRASER, 2004, p. 75).

É importante ressaltar, nesse sentido, que para Habermas o papel de cidadão liga o sistema público do estado administrativo à esfera pública do mundo da vida da opinião política e da formação da vontade. O exercício do papel de cidadão é fundamental no debate público e na formação da opinião pública. Porém, como argumenta Fraser (2004), o teórico não percebe

que o papel de cidadão no capitalismo clássico é dominado pelo masculino, sendo, portanto, um papel masculino. Todos os laços criados desse modo estão permeados por uma identidade de gênero masculina e não neutra, como sugere Habermas. Pode-se concluir que “[...] se o “medium” de troca, aqui, é o poder, então o poder em questão é o poder masculino. É o poder enquanto expressão da masculinidade” (FRASER, 2004, p.74).

Fraser questiona o dualismo substantivo, ou seja, tratar planos como completamente separados. Isso, segundo ela, é artificial. Como, por exemplo, se a cultura não fosse penetrada pela economia e vice-versa. Assim, propõe um dualismo analítico, no sentido que as dimensões têm certa autonomia mesmo estando imbricadas. É preciso distinguir essas esferas somente de forma analítica (FRASER, 2005).

Em suma, o que Fraser quer trazer à luz é que para Habermas a descolonização do mundo da vida permitiria a emancipação. No entanto, essa lógica não é factível, já que é preciso primeiro compreender as distinções e subordinações de gênero no mundo da vida. Nesse sentido, a relação entre público e privado não pode ser vista como formada por esferas independentes. É necessário levar em conta outros elementos, como não tomar a família como ambiente harmônico e perceber que o simbólico está presente em todas as esferas.

A análise de Fraser revela “a inadequação daquelas teorias críticas que tratam o gênero como contingente à política e à economia política. Ela sublinha a necessidade de uma teoria crítica com um enquadramento teórico em que gênero, política, economia política estejam internamente integrados” (FRASER, 2004, p. 76). Mostra, ainda, que a “identidade de gênero estrutura o trabalho remunerado, a administração estatal e a participação política” (FRASER, 2004, p. 76).

Para a autora, por meio da ótica da identidade, temos que repensar a ideia de reconhecimento. Nesse sentido, coloca em evidência os conflitos por reconhecimento e o desenvolvimento de uma síntese do reconhecimento que abarque a complexidade total das identidades sociais, estando aí incluída a questão de gênero. “Adequadamente concebida, a luta por reconhecimento pode auxiliar a redistribuição de poder e riqueza, bem como promover interação e cooperação entre diferenças incomensuráveis” (FRASER, 2010, p.116).

A luta pelo “reconhecimento da diferença”, como defesa de identidades negadas e redistribuição de riquezas e poder, traz em si a ideia de pertencimento a um grupo que é desvalorizado pela cultura dominante e que, deste modo, não é reconhecido. Fraser levanta uma crítica a esse ponto de vista amplamente defendido a poucos anos atrás. Para ela, a complexidade da sociedade hoje exige uma nova perspectiva, pois ver o não reconhecimento por um viés somente cultural pode resultar na perda de, por exemplo, “conexões (institucionalizadas nos mercados de trabalho) entre normas androcêntricas que desvalorizam atividades codificadas como ‘femininas’, por um lado, e os salários baixos das trabalhadoras femininas por outro” (FRASER, 2010, p.118). Em outro viés, enxergar apenas a má distribuição como um efeito secundário do não reconhecimento também consiste em um problema, já que se deduz desse modo que a má distribuição pode ser corrigida pelo reconhecimento. Além disso, cabe enfatizar que

"o modelo de política identitária de reconhecimento tende também a reificar a identidade. Enfatizando a necessidade de elaborar e mostrar uma identidade coletiva autêntica, autoafirmativa e autogerada, ele coloca pressão moral nos membros individuais para adaptar-se a uma cultura de determinado grupo" (FRASER, 2010, p. 119).

Com isso, é imposto às pessoas um modelo de identidade de acordo com o grupo que pertence, negando a complexidade da vida das mesmas e a multiplicidade de identificações que possam ter. Como bem nos diz Fraser (2010, p.120), “ironicamente, então, o modelo identitário serve como um veículo para o não reconhecimento”.

"Daí seu argumento de que é preciso incorporar a desconstrução da identidade à demanda feminista. Fraser não vê necessidade de a identidade funcionar como o elemento de coesão desses grupos. Tampouco considera que seja estrategicamente desejável, porque a identidade supõe e impõe a homogeneidade ao grupo" (CYFER, 2011, p. 17).

Fraser propõe um modelo de status. Nesse modelo, o fundamental não é o reconhecimento da identidade de grupo, mas o status do indivíduo na interação social (FRASER, 2005). Introduz o elemento interativo o qual impacta na vida dos grupos. O problema, assim, não é de identidade, é de participar como igual na interação social.

3. O status na sociedade contemporânea

Ao repensar o conceito de reconhecimento vai também elaborar uma ideia de classe, pois acredita que se deve combinar ações de redistribuição com noções de reconhecimento. Procura, desse modo, ver quais as interações causais nesse conceito, estando classe e status intimamente ligados. É válido ressaltar que status não é igual a classe, são mecanismos diferentes. O status pode ser definido como uma ordem subjetiva de subordinação, envolvendo aspectos que se atribui aos outros derivados de padrões de valores que são institucionalizados. Já classe está mais relacionada com os recursos que afetam o poder social (FRASER, 2005). Sob esse ponto de vista, “o não reconhecimento não é nem uma deformação psíquica, nem um dano cultural independente, mas uma relação institucionalizada de subordinação social” (FRASER, 2010, p. 120).

O não reconhecimento não é transmitido através de representações ou discursos culturais independentes. De acordo com o que mencionamos, ele é praticado em modelos institucionalizados. Como exemplo, destacamos as leis relativas ao casamento que excluem as parcerias do mesmo sexo, consideradas ilegítimas. Tal exclusão tem como resultado a negação a alguns membros da sociedade do status de parceiros integrais na interação, capazes de participação no mesmo nível que os restantes. Apenas quando os atores são colocados como pares, “capazes de participar no mesmo nível um com o outro na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e de igualdade de status” (FRASER, 2010, p. 121).

As distinções e injustiças de status são intrínsecas ao capitalismo moderno. Na sociedade contemporânea, vários regimes de status se entrecruzam. Por isso, a categoria status, colocada em diversas dimensões, que existem e que estão nascendo, está em ebulição. Os indivíduos, nesse contexto, aparecem como nós de convergência de distinção social, já que a sociedade moderna é mais complexa e fragmentada (FRASER, 2005).

Fraser argumenta que é nos encontros locais, nas “experiências experimentadas”, que o status vai surgir; acredita que as condições sociais e culturais influenciam. E, para sua reflexão, tenta unir os níveis micro e macro sociais. Reflete:

"O ponto crucial, uma vez mais, é que no modelo de status a política de reconhecimento não se detém na identidade, mas procura reparações institucionais para danos institucionalizados. Concentrados na cultura, em suas formas socialmente estabelecidas (em oposição àquelas independentes), esta política busca superar o status de subordinação, mudando os valores que regulam a interação, fortalecendo novos padrões de valor que promoverão a paridade de participação na vida social" (FRASER, 2010, p. 123).

Por meio das críticas levantadas por Fraser quanto ao pensamento habermasiano e das ideias apresentadas quanto ao seu arcabouço teórico, podemos perceber, como argumenta Cyfer (2011, p. 17), que para a autora

"No caso da identidade de gênero, a injustiça na distribuição de recursos é um elemento forte da desigualdade porque o gênero funciona como um princípio organizador da estrutura econômica da sociedade capitalista. A divisão entre trabalho produtivo (remunerado) e trabalho reprodutivo (não remunerado), associados respectivamente ao masculino e ao feminino, estão na base de desigualdades materiais. Além disso, o gênero também implica diferenciação de status, uma vez que os padrões culturais institucionalizados privilegiam características associadas à masculinidade".

Levando em conta a lógica empreendida por Fraser, podemos inferir que o Estado aparece como principal responsável pelo reconhecimento. E, desse modo, como aponta Cyfer, aparece como maior promotor das injustiças e agente de justiça. Lembrando da crítica a Habermas, temos que ficar atentos para não cair na contradição de atribuir a uma única esfera ou instituição, como o Estado, a força capaz de transformação. Afinal, quanto às questões de gênero, é possível refletir e vivenciá-las nas mais diferentes esferas da sociedade.

Como sugerido anteriormente, a divisão conceitual do Estado e da sociedade como um problema a ser resolvido desperta outras vertentes de pensamento. O ceticismo com relação ao Estado – responsável por injustiças sociais – também aparece quanto ao uso não reflexivo do termo sociedade. Como nos afirma Pierson (2004), a preocupação central com a construção/desconstrução do conhecimento e da linguagem e as formas como os poderes não reconhecidos estão presentes no cotidiano vivenciado dos indivíduos traz sentido a forte influência de Michel Foucault no feminismo radical. A onipresença do poder, a importância das práticas disciplinares e a centralidade de “trazer o corpo de volta” em conjunto com a descrença sobre a noção de Estado dão sustentação às reflexões e lutas relacionadas às questões de gênero.

Para Foucault, a grande dificuldade de compreender o Estado e a relação Estado-sociedade se dá porque estamos fazendo a pergunta errada ou procurando as respostas no lugar errado. Foucault aponta o poder enquanto constitutivo da vida social, que constrange e habilita. Nesse sentido, direciona para a questão de como os próprios indivíduos governam sua vida. Desse modo, o Estado aparece como aquele que gerencia a “conduta da conduta”, ou seja, “trabalha em cima das maneiras pelas quais os indivíduos regulam seu próprio comportamento para garantir que isso seja consonante com os interesses do Estado” (PIERSON, 2004, p.75).

Em seu livro *História da sexualidade*, Foucault faz uma análise histórica sobre o tema evidenciado nesse título. A lógica de pensamento construída pelo autor quer nos mostrar como um discurso é construído e consolidado ao longo da história exercendo poder sobre os corpos e a vida das pessoas. Conta que no século XVII o falar sobre sexo era uma “coisa natural” diferente do que predominaria a partir do século XIX. Reflexo da sociedade moderna

na qual há a separação entre o público e o privado – se confisca o tema do sexo, que se restringe à reprodução. A intenção do autor é desnaturalizar a concepção que se tem e colocar tudo no plano do discurso, discurso esse que é produzido. Para isso, a ideia de repressão é fundamental. Coloca a repressão como uma ilusão, como argumenta, não quer dizer que o sexo não tenha sido “bloqueado”, mas que “a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Média” (FOUCAULT, 1999, p.17). Ou seja, a ilusão da repressão cria a sexualidade, porque quando se pensa que isso é proibido há a construção de um discurso que é externalizado em lugares considerados específicos para tal. A sexualidade, portanto, aparece não como uma prática, mas como um fato discursivo.

Desse modo, é importante questionar quem domina esse discurso. Para Foucault, o poder é uma correlação de forças que emana da microfísica. As instituições se apropriam das relações já presentes na sociedade. Nesse sentido, a história da sexualidade evidencia como um discurso é construído e como as instâncias (igreja, justiça) se apropriam disso. O sexo não é uma causa, mas um produto, ele foi institucionalizado. A questão central então é o poder e não a sexualidade em si, a sexualidade é um dispositivo político. Do mesmo modo, gênero não é a origem, mas o produto de práticas discursivas específicas que compõem o dispositivo de sexualidade.

Foucault (1999, p. 131) demonstra como “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano⁴ é agora cuidadosamente recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” – abre-se a era do biopoder. O biopoder⁵ foi/é elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, “que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Como afirma Pierson (2004, p.75):

"An important part of Foucault's work was to show that the 'humane' interventions of the state could be highly disciplinary and coercive. But it does help to explain why the modern state is concerned (perhaps above all) with the economy (in its fully modern sense). The basis of the strong state is its economy. But a productive economy cannot be built directly by the agencies of the state or (as the powers of the former Soviet Union discovered) by the coercion of its population. Rather must the population be led to behave (both as producers and consumers) in ways which maximize economic growth".⁶

Podemos, deste modo, perceber o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão produtiva de suas forças que foram indispensáveis (Foucault, 1999) para o capitalismo que incidiu sobre todas as instâncias da vida da sociedade. O sexo, sob essa ótica, aparece como o

⁴Até o século XVII o poder sobre a vida e a morte era estritamente do soberano ou em nome dele.

⁵ Controle sobre os corpos através de técnicas como disciplina (exército, escola) e regulação (demografia, tabulação de riquezas) – tecnologias de poder onde se insere a sexualidade.

⁶ Uma parte importante do trabalho de Foucault foi o de mostrar que a intervenção "humanitária" do Estado pode ser altamente disciplinar e coercitiva. Mas ajuda a explicar por que o Estado moderno está preocupado (talvez sobretudo) com a economia (no seu sentido totalmente moderna). A base do estado forte é sua economia. Mas uma economia produtiva não pode ser construída diretamente pelos órgãos do Estado ou (como os poderes da ex-União Soviética descobriu) pela coerção de sua população. Em vez disso deve ser levado a população a se comportar (tanto como produtores e consumidores) de forma a maximizar o crescimento econômico.

fator que dá acesso tanto a vida do corpo quanto a vida da espécie, ou seja, é fator de disciplina e de regulação da população.

A breve exposição sobre essa obra de Foucault suscita questões importantes para se pensar gênero como já sugerido. Enxergar o corpo em sua dicotomia feminino/masculino como construído historicamente e socialmente (não se nasce homem ou mulher, torna-se), o sexo e a sexualidade como um discurso construído, o modo como se atribui sentido a prática (não há nada “pré” significativo, depende do sentido que se dá, do discurso que se constrói), demarcação de poder (homem como provedor, mulher como reprodutora), a construção do poder nas microrrelações que são apropriadas pelas instituições (um estado, uma justiça, uma academia também marcados pelo pensamento masculino, construído por meio de um discurso da vida social que tais instituições incorporam), favorece o entendimento da construção das relações de gênero e as desigualdade presentes tanto em um contexto micro como macro social.

Por fim, cabe ressaltar que para Foucault (1999, p. 147) não se deve

"referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como "o sexo" se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das ideias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade. Se, por uma inversão tática dos diversos mecanismos da sexualidade, quisermos opor os corpos, os prazeres, os saberes, em sua multiplicidade e sua possibilidade de resistência às captações do poder, será com relação à instância do sexo que deveremos liberar-nos. Contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres".

A afirmação de Foucault nos dá a reflexão de que para todo o poder exercido há a possibilidade de resistência. Porém, não fica claro como ela pode ser colocada em prática. A busca pela compreensão do corpo como uma construção cultural, permeado pelo poder, dá indícios sobre isso. O corpo como entendido é uma prática discursiva e, ao problematizá-lo, se começa a pensar em tudo que o envolve, até mesmo seu papel como marcador de diferenças que acarretam em desigualdades de poder. Talvez seja esse um dos caminhos.

4. Considerações finais

Retomando ambas as perspectivas apontadas aqui é possível inferir que o que se persegue são novas formas de se abordar o Estado, a sociedade ou a relação entre essas esferas a partir de um ponto de vista de mudança. O que queremos dizer é que analisar o Estado, a sociedade ou a relação entre eles é uma forma de se entender o universo que nos cerca, as diferenças e as desigualdades presentes, pois só a partir desse entendimento podemos realizar transformações efetivas. Acreditar que onde há poder há resistência é também acreditar que mesmo sem um caminho claro é possível desfazer injustiças arraigadas na vida em sociedade. Não ter um caminho claro é significativo se traduzirmos isso como ter um caminho aberto, se tomarmos como frutífera as diversas perspectivas teóricas, buscando em cada uma, inspiração que possa apontar para novas possibilidades. Trazer a reflexão para a ordem prática, na luta feminista, na luta por uma nova abordagem de gênero – diferente do padrão binário o qual estamos

submetidos – é exercer a resistência, seja por uma nova construção do corpo, seja pelo reconhecimento nos moldes do “modelo de status”.

5. Referências

CYFER, Ingrid. Feminismo, Sexualidade e Justiça no debate entre Nancy Fraser e Judith Butler. *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, SBS, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRASER, Nancy. O que é crítico na teoria crítica?: Habermas e gênero. In: *Revista ex aequo*, n. 8, janeiro, 2004.

_____. Toward a Nonculturalist Sociology of Culture: on Class and Status in Globalizing Capitalism. In: Mark D. Jacobs and Nancy Weiss Hanrahan. *The Blackwell Companion to the Sociology of Culture*. Blackwell, Malden, 2005.

_____. Repensando o reconhecimento. *Revista Enfoques: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

PIERSON, Christopher. *The Modern State*. 2. ed. Routledge, London, 2004.